

SUJEITOS COLETIVOS DAS LUTAS URBANAS
DO RIO DE JANEIRO

O paradigma dos comuns como alternativa à democracia
liberal e ao domínio da racionalidade neoliberal

Conselho Editorial

Série Letra Capital Acadêmica

Ana Elizabeth Lole dos Santos (PUC-Rio)

Beatriz Anselmo Olinto (Unicentro-PR)

Carlos Roberto dos Anjos Candeiro (UFTM)

Claudio Cezar Henriques (UERJ)

Ezilda Maciel da Silva (UNIFESSPA)

João Luiz Pereira Domingues (UFF)

João Medeiros Filho (UCL)

Leonardo Agostini Fernandes (PUC-Rio)

Leonardo Santana da Silva (UFRJ)

Lina Boff (PUC-Rio)

Luciana Marino do Nascimento (UFRJ)

Maria Luiza Bustamante Pereira de Sá (UERJ)

Michela Rosa di Candia (UFRJ)

Olavo Luppi Silva (UFABC)

Orlando Alves dos Santos Junior (UFRJ)

Pierre Alves Costa (Unicentro-PR)

Rafael Soares Gonçalves (PUC-RIO)

Robert Segal (UFRJ)

Roberto Acízelo Quelhas de Souza (UERJ)

Sandro Ornellas (UFBA)

Sergio Azevedo (UENF)

Sérgio Tadeu Gonçalves Muniz (UTFPR)

Waldecir Gonzaga (PUC-Rio)

Caroline Rodrigues da Silva

SUJEITOS COLETIVOS DAS LUTAS
URBANAS DO RIO DE JANEIRO

O paradigma dos comuns como alternativa
à democracia liberal e ao domínio
da racionalidade neoliberal

Copyright © Caroline Rodrigues da Silva, 2024

*Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998.
Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os
meios empregados, sem a autorização prévia e expressa do autor.*

EDITOR João Baptista Pinto

REVISÃO Filipe Delage

PROJETO GRÁFICO\EDITORAÇÃO Tiago Soares

CAPA Tiago Soares

Imagem: Cunca Bocaúva

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

S579s

Silva, Caroline Rodrigues da

Sujeitos coletivos das lutas urbanas do Rio de Janeiro : o paradigma dos comuns como alternativa à democracia liberal e ao domínio da racionalidade neoliberal / Caroline Rodrigues da Silva. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital, 2024.

280 p. ; 23 cm.

ISBN 978-65-5252-064-7

1. Rio de Janeiro (RJ) - Condições econômicas. 2. Rio de Janeiro (RJ) - Condições sociais. 3. Conflito social - Rio de Janeiro (RJ). 4. Democracia. 5. Neoliberalismo. I. Título.

24-95006

CDD: 320.51098153

CDU: 330.831.8(815.3)

Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

Este estudo foi financiado pela FAPERJ – Fundação Carlos Chagas Filho
de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro,
Processo SEI 260003/003696/2024.

LETRA CAPITAL EDITORA
Tels.: (21) 3353-2236 / 2215-3781
www.letrecapital.com.br

Sumário

Prefácio	7
Apresentação	9
1. Paradigma dos comuns	17
1.1 Conhecendo os comuns.....	18
1.1.1 Por suas definições	18
1.1.2 Por suas origens no norte global.....	23
1.1.3 Por suas origens no sul global.....	28
1.2 Algumas perspectivas teóricas dos comuns.....	33
1.2.1 A noção de bem comum a partir do cristianismo	33
1.2.2 Os comuns desde as teorias feministas	35
1.2.3 Os comuns desde a sociologia francesa	39
1.3 O paradigma dos comuns como alternativa	44
2. Sujeitos e democracia	47
2.1 Passagem do sujeito de interesse ao sujeito de direito.....	48
2.2 A crise das democracias liberais.....	55
2.3 A destruição do sujeito de direitos pela ascensão do sujeito neoliberal.....	67
2.4 A democracia liberal à brasileira e os sujeitos sem direitos.....	82
3. Retrato do Rio de Janeiro metropolitano	102
3.1 Marcas da formação sócio-histórica do Rio de Janeiro.....	103
3.2 Retrato do Rio de Janeiro metropolitano	109
3.2.1 Impactos da racionalidade neoliberal na gestão pública.....	121
3.3 A militarização da cidade como política de estado.....	130

3.4 O papel dos sujeitos coletivos no enfrentamento à militarização da cidade como política de estado.....	150
4. A salvaguarda dos direitos pelos sujeitos coletivos	159
4.1 A percepção dos sujeitos sobre a democracia.....	160
4.2 A percepção dos sujeitos sobre as redes sociais.....	171
4.3 A heterogeneidade dos sujeitos e o protagonismo dos sujeitos periféricos.....	182
4.3.1 O sentido da democracia a partir do território.....	189
4.3.2 Pluralidade e direito à diferença	195
4.3.3 O orgulho periférico como marcador dos sujeitos.....	202
4.4 As trocas geracionais e o protagonismo da juventude na defesa da democracia.....	206
4.5 O papel dos sujeitos coletivos na salvaguarda dos direitos e na transformação da cultura política	215
4.5.1 A luta por direitos se faz com organização	216
4.5.2 A politização da solidariedade e a produção do comum.....	219
5. Democracia por nós.....	232
Referências	246
Apêndice A - Apresentação dos sujeitos da pesquisa.....	262
Apêndice B - Lista das fontes públicas consultadas para pesquisa documental	273
Apêndice C - Lista das fontes dos próprios sujeitos da pesquisa consultados para pesquisa documental	273
Apêndice D - Lista de siglas	276
Apêndice E - Lista de ilustrações.....	278

Prefácio

Como justificar que somos uma humanidade se mais de 70% estão totalmente alienados do mínimo exercício de ser? A modernização jogou essa gente do campo e da Floresta para viver em favelas e em periferias, para virar mão de obra em centros urbanos. Essas pessoas foram arrancadas de seus coletivos, de seus lugares de origem, e jogadas nesse liquidificador chamado humanidade. Se as pessoas não tiverem vínculos profundos com sua memória ancestral, com as referências que dão sustentação a uma identidade, vão ficar loucas neste mundo maluco que compartilhamos (KRENAK, 2019, p. 14).

O livro de Caroline Rodrigues da Silva, resultante do seu doutoramento, é um convite à reflexão sobre as transformações em curso na configuração do tecido associativo presentes nas cidades brasileiras. As análises nos projetam para caminhos possíveis na construção de alternativas a esse “mundo maluco” (KRENAK, 2019) capitalista e dominado pela racionalidade liberal – que produz um “liquidificador chamado humanidade” (KRENAK, 2019) – a partir do paradigma dos comuns e de um olhar aguçado e sensível para a vivência concreta de um conjunto de sujeitos coletivos presentes nos territórios e lutas urbanas da cidade do Rio de Janeiro.

O contexto social, político e econômico, em âmbito mundial e em particular na América Latina, expressa uma crise estrutural profunda de um modo de produção que, mesmo sendo hegemônico, convive com outras formas de organização da existência humana, pautadas em relações solidárias, comunitárias, contraditórias, forjadas na classe social, na identidade de raça, nas relações de gênero e nas diferenças geracionais, as quais são erguidas em territórios conflituosos e de disputa pela vida e sobrevivência. Dardot e Laval (2017, p. 25) nos ensinam que o “comum” é o princípio político das lutas atuais contra o capitalismo.

É nessa perspectiva que Caroline adota o paradigma dos comuns como princípio e horizonte políticos, uma alternativa para o fortalecimento da democracia e enfrentamento à racionalidade

neoliberal em um momento de crise de projetos societários. Como nos diria Harvey (2016, p. 287), “qual momento seria melhor que este para propor uma despedida do capital e começar a construir uma alternativa e um modo de produção mais saudável?”.

As análises não idealizam os sujeitos coletivos e a ação coletiva, pelo contrário, evidenciam a pluralidade, diversidade e a contradição presentes na conformação do tecido associativo que, por vezes, reproduz as bases e discursos da racionalidade neoliberal e, por outras vezes, constrói práticas fundadas nos comuns e na construção de uma outra cultura política democrática. A reorganização do capital, com destaque para a reestruturação produtiva, a financeirização, a precarização e desproteção do trabalho e a adoção das tecnologias digitais impactaram diretamente as respostas estatais às expressões da questão social e, sobretudo, impactaram os territórios e a vida de seus moradores, em especial jovens negros e negras das periferias das cidades que convivem, cotidianamente, com o crescimento da violência urbana, do tráfico e com a falta de alternativas de trabalho formal e de acesso à cidade e a seus serviços.

Assim, a originalidade e densidade desse estudo se somam a um campo político e acadêmico que se fundamenta no paradigma dos comuns, associado à luta antineoliberal e de reconstrução democrática, iluminando as transformações em curso no associativismo e na ação coletiva e apontando as potencialidades que estão sendo gestadas por uma infinidade de sujeitos coletivos por cidades mais justas e uma vida digna.

Abrimos esse prefácio com uma citação de Ailton Krenak de seu livro *Ideias para adiar o fim do mundo* e fechamos com ele: “Precisamos ser críticos a essa ideia plasmada de humanidade homogênea na qual há muito tempo o consumo tomou o lugar daquilo que antes era cidadania” (KRENAK, 2019, p. 12).

Caroline nos convoca a essa reflexão!
Boa leitura.

Rosângela Dias Oliveira da Paz

Assistente social, professora Dra. do Programa de Pós Graduação
em Serviço Social/PUCSP
Julho/2023

Apresentação

Este livro apresenta um conjunto de reflexões teórica e empíricas sobre as formas com que os sujeitos coletivos das lutas urbanas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro percebem e reagem à crise da democracia liberal e à racionalidade neoliberal dominante. Tais reflexões se situam no campo dos estudos sobre movimentos sociais que problematizam a relação sujeito-objeto e consideram esses sujeitos como detentores de saberes políticos relevantes. Foi escrito a partir da pesquisa de doutorado realizado pela autora no âmbito do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob orientação da Prof.^a Dra. Rosângela Dias Oliveira da Paz e em parceria com o Núcleo de Estudos sobre Movimentos Sociais.

Em termos metodológicos, a pesquisa adotou a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Também realizou pesquisa qualitativa com quatro sujeitos coletivos da RMRJ, a saber: Instituto de Formação Humana e Educação Popular; Brigadas Populares; Fórum Grita Baixada; e Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgoto de Niterói e Região¹. A escolha desses sujeitos deu-se com base em levantamento participativo prévio, sistematizado no livro *A luta urbana por seus protagonistas: direito à cidade, direito nas cidades* (FASE, 2018). Os critérios para escolha da quantidade e do perfil dos sujeitos foram: condições de realização de pesquisa na pandemia de Covid-19, disponibilidade de tempo da pesquisadora e dos sujeitos, garantia de diversidade entre os sujeitos, garantia de diversidade territorial e aproximação da pesquisadora com os sujeitos.

O livro trata do debate teórico sobre os comuns (DARDOT; LAVAL, 2016; 2017a; AGUILAR, 2017; 2019; FEDERICI, 2017; 2019). A escolha por esse caminho foi feita porque temos a impressão de que a potência política dos comuns ainda não foi suficientemente explorada e incorporada aos debates do campo

¹ Apresentação dos sujeitos no Apêndice 1.

da esquerda brasileira e, menos ainda, por parte dos sujeitos políticos das lutas urbanas do Rio de Janeiro. As razões dessa não incorporação são diversas e complexas; por ora, pontuamos algumas:

- a) no atual estágio de acumulação do capital as cidades foram transformadas em mercadoria (HARVEY, 2004; MARICATO, 2000; VAINER, 2000) e a cultura urbana passou a ser orientada pelo consumo de mercadorias (GAGO, 2015), portanto, qualquer alternativa que se oponha à lógica mercantil é logo taxada de utópica, idealista, comunista, impraticável;
- b) no meio urbano a relação orgânica entre homem e natureza está cada vez mais cindida; as pessoas mal se perguntam de onde vem a comida que elas comem, a água que elas bebem, a energia elétrica que consomem. A própria dificuldade de articulação entre as lutas do campo e da cidade é uma expressão desse rompimento entre homem e natureza. Outra expressão é a dificuldade de politização da esfera da reprodução social que, embora indispensável para transformação social, não se encontra no centro das formas de fazer política hegemônicas (AGUILAR, 2017; FEDERICI, 2017);
- c) a lógica da propriedade privada individual parece ser cada vez mais insuperável. A teoria liberal de Thomas Hobbes (1979), John Locke (1978) e Adam Smith (1988), mesmo já contestada por John Keynes (1983) e depois por Karl Polanyi (2012), segue orientando o apetite voraz do capital por novos territórios e frentes de expansão da acumulação. O imperativo da gestão do mercado financeiro reorganiza os espaços urbanos sob os interesses do capital imobiliário e reposiciona a lógica produtiva dos grandes projetos no sentido de aumentar as taxas de exploração (da natureza e do trabalho) e diminuir os custos (ambientais e sociais), bem como de estender à lógica do mercado esferas da vida que se encontravam fora dele.

Portanto, ao elegermos os comuns como princípio político (DARDOT; LAVAL, 2016; 2017a), como um horizonte político a ser produzido (AGUILAR, 2017; 2019) e como uma alternativa histórica ao Estado e ao mercado (FEDERICI, 2017; 2019), pretendemos pautar a necessária autocrítica do campo político das esquerdas e dos movimentos sociais progressistas no sentido de construirmos novas estratégias de ação política que possam fortalecer a nossa democracia e colocar em xeque a racionalidade neoliberal.

Para tratar do debate sobre a crise da democracia liberal, estabelecemos diálogo teórico com Castells (2018), Rancière (2014), Mounk (2019), Borón (2007), Dardot & Laval (2017a), Brown (2019) e Chauí (2019). Considerando que o livro apresenta a ação de sujeitos coletivos que se forjaram a partir da experiência de democracia brasileira – que tem como marco a Constituição de 1988 –, foi necessário nos apropriarmos do pensamento teórico de autores que são referência no tema, como Chauí (2000; 2011), Coutinho (1980), Carvalho (2015), Telles (1998), Avritzer (2016), Schwarcz, (1993; 2019), Martins (1978; 2007).

Com base nesses autores, partimos da premissa que, desde a Proclamação da República (1889), a democracia liberal no Brasil foi sempre um arremedo aos persistentes períodos de autoritarismo que marcam nossa história. A instituição do Estado Novo por Getúlio Vargas (1937-1945) e a instauração da ditadura pelos militares (1964-1985) são exemplos de como as elites políticas do país historicamente responderam aos tensionamentos sociais da sociedade. Assim, embora tenhamos construído uma concepção minimalista de democracia após a Constituição de 1988 e, nas três décadas seguintes, tenhamos tido importantes experiências de democracia participativa,² a prática política do autoritarismo voltou à baila com o golpe civil-parlamentar de 2016.³ Esse revés histórico colocou enormes desafios para a

² Para além da democracia representativa, nas últimas três décadas houve experiências de democracia participativa no Brasil e na América Latina que incluíram iniciativas como os Orçamentos Participativos, os Conselhos de Políticas Públicas, os Conselhos Gestores, os referendos e as consultas públicas. Tais iniciativas se desenvolveram nos níveis municipal, estadual e nacional. Para maiores informações, consultar Teixeira *et al.* (2020).

³ Desde 31 de agosto de 2016, a presidenta Dilma Rousseff foi impedida de continuar o mandato para o qual foi eleita por 54,5 milhões de brasileiros, que

sociedade civil e, em especial, para os sujeitos coletivos das lutas urbanas que tanto vivenciam a crise democrática quanto sofrem suas consequências; portanto, os sujeitos coletivos nunca estão fora do contexto, nem alheios à conjuntura política. Por isso, este livro se dedicou a sistematizar parte das percepções dos sujeitos coletivos em relação à crise democrática.

Por fim, para dar conta do debate sobre como as práticas políticas dos sujeitos coletivos são atravessadas pela racionalidade neoliberal do individualismo, da competição e do empreendedorismo de si mesmo, dialogaremos com autores como Dardot & Laval (2016; 2017), Foucault (2008), Brown (2019), Gago (2015), Pleyers (2018) e Araujo & Martuccelli (2020).

Importante frisar que a racionalidade neoliberal que atravessa todos os capítulos do livro é a principal contribuição de Dardot & Laval (2016; 2017) ao debate teórico do neoliberalismo. A partir de lentes foucaultianas os autores mostram que o neoliberalismo dos anos 1980-1990 não se deu a partir da simples implementação da doutrina elaborada nos anos 1930. Antes, foi o resultado de uma “multiplicidade de processos heterogêneos”, que resultam nisso que os autores denominam de “nova *racionalidade* governamental”.

Da construção do mercado à concorrência como norma dessa construção, da concorrência como norma da atividade dos agentes econômicos à concorrência como norma da construção do Estado e de sua ação e, por fim, da concorrência como norma do Estado-empresa à concorrência como norma da conduta do sujeito-empresa, essas são as etapas pelas quais se realiza a extensão da racionalidade mercantil a todas as esferas da existência humana e que fazem da razão neoliberal uma verdadeira razão-mundo (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 379).

Portanto, sendo uma *nova razão do mundo*, e não apenas uma doutrina econômica, a racionalidade neoliberal adquire uma dimensão totalizadora da qual nada nem ninguém escapa, a qual estabelece o princípio da concorrência como lógica normativa

representavam 51,6% dos votos válidos na época (TSE, 2014). Denominamos “golpe civil-parlamentar” porque foi feito um arranjo institucional e jurídico para seu afastamento.

generalizadora que atinge desde o Estado até todas as esferas da existência humana.

Em geral, as implicações da *nova razão do mundo* sobre o Estado são conhecidas: privatizações, concessões, terceirizações do patrimônio público; desregulamentação e flexibilização das leis trabalhistas; disponibilização de ativos do Estado para o mercado via apropriação dos fundos públicos; expropriação da natureza e do meio ambiente; expropriação da terra pública; gestão dos equipamentos de infraestrutura e dos serviços de interesse público a partir da lógica de mercado; mudança nos padrões de consumo, entre outras.

No entanto, embora menos consideradas, as implicações da *nova razão do mundo* sobre a sociedade e os indivíduos será enorme. Exatamente por trazer importantes contribuições nesse âmbito é que nos apoiamos nesse conceito, trabalhado por Dardot & Laval (2016; 2017), Foucault (2008) e Brown (2019).

Ao impor o princípio da concorrência como regra normatizadora das relações sociais, a *nova razão do mundo* faz com que a solidariedade perca seu sentido coletivo e transformador, assim, a responsabilização individual como princípio de justiça social exige que os indivíduos e a sociedade busquem valorizar seu “capital humano” e aproveitem “as oportunidades para serem bem-sucedidos”.

A grande questão da racionalidade neoliberal, que é a *nova razão do mundo*, cria uma técnica de governo dos homens supostamente neutra do ponto de vista ideológico.

O neoliberalismo é muito mais do que uma ideologia partidária. Aliás, em geral, as autoridades políticas que adotam as práticas neoliberais recusam-se a admitir qualquer ideologia. O neoliberalismo, quando inspira políticas concretas, nega-se como ideologia, porque ele é a própria *razão*. Assim, políticas muito semelhantes podem moldar-se nas mais diversas retóricas (conservadoras, tradicionais, modernistas, republicanas, conforme a situação e o caso). Manifestando desse modo sua extrema plasticidade. Dito de outra maneira, a dogmática neoliberal apresenta-se como uma *pragmática geral*, indiferente às origens partidárias [...]. Em resumo, a grande vitória

ideológica do neoliberalismo consiste em “desideologizar” as políticas seguidas, a ponto de não serem objeto de debate (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 242-3).

Sendo essa “neutralidade” uma pragmática geral da sociedade capitalista contemporânea, este livro buscará refletir sobre como *a nova razão do mundo* se faz presente na ação coletiva dos sujeitos políticos das lutas urbanas do Rio de Janeiro e quais os desafios para o campo dos direitos sociais.

Isso posto, partimos do pressuposto que o sujeito coletivo universal já não existe desde maio de 1968, na França, quando os jovens já anunciavam um descontentamento generalizado com o projeto de sociedade moderna surgido após a Segunda Guerra Mundial, assim como questionavam as instituições disciplinares criadas para controle social à época.

Nesse mesmo período os movimentos feministas denunciavam que, por trás desse universalismo aparente, havia um homem ocidental, branco, cristão e proprietário. Já na década de 1990, o movimento zapatista também sinalizou uma crise das referências tradicionais de luta da esquerda após a Queda do Muro de Berlim (1989) e apontou para novos imaginários de resistência. Assim, no século XXI esse sujeito universal transformou-se em um sujeito plural, cujo horizonte político passa por afirmar a diferença e denunciar as desigualdades provocadas pelo espraiamento do neoliberalismo nos sistemas políticos.

Importante destacar que a passagem do sujeito coletivo universal para o sujeito coletivo plural não se deu de forma evolutiva, tampouco significou a substituição de um pelo outro. O processo histórico de transformação dos sujeitos coletivos foi marcado: i) pelo movimento mais amplo do capital, que levou à crise do modo de produção fordista-keynesiano e à criação de uma nova forma de regulação das relações sociais de produção por meio do regime de acumulação flexível (HARVEY, 1993); ii) pela difusão do neoliberalismo como uma “nova forma de governamentalidade” (FOUCAULT, 2008) a partir dos anos 1970, quando os governos de Margaret Thatcher, na Inglaterra, de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, e o golpe de estado de Augusto Pinochet, no Chile, colocaram em prática uma nova

forma de governar os indivíduos e a sociedade não mais pelas instituições disciplinares nem pelo biopoder estatal, mas por novos dispositivos que têm como referência o modelo empresarial e a concorrência como regra.

A resposta especificamente neoliberal à crise da governamentalidade dos anos 1970 consiste em colocar no centro de uma “política social” completamente redefinida a regra do mercado. A sociedade deve ser definida e regulada pelo jogo da concorrência – concorrência externa entre economias nacionais, concorrência interna entre empresas e indivíduos (LAVAL, 2020, p. 136).

No caso do Brasil, os sujeitos coletivos das lutas do século XXI já não lutam contra a ditadura militar dos anos 1960 a 1980, mas lutam contra um governo eleito que se vale das mesmas referências autoritárias de outrora. Tais referências estão presentes na criação de um inimigo responsável pelos problemas do país; no estímulo do ódio ao outro; no uso do militarismo como forma de gestão; na defesa da meritocracia e no ataque aos Direitos Humanos; na desvalorização da ciência, das artes e da cultura; no ataque aos meios de comunicação e no uso da religião como parâmetro das decisões políticas.

Sendo Brasil o país que é, esse é mais um capítulo da nossa história cuja cultura política democrática nunca foi capaz de se sobrepor à cultura política autoritária (CHAUI, 2000).

O livro está organizado da seguinte maneira: no “Capítulo 1 – Paradigma dos comuns”, buscaremos aproximar o leitor do debate sobre os comuns por meio de uma análise teórica; no “Capítulo 2 – Sujeitos e democracia”, apresentaremos uma análise teórica e empírica sobre os impactos da racionalidade neoliberal sobre os sistemas políticos formais e sobre os sujeitos coletivos, considerando as particularidades da democracia no Brasil; no “Capítulo 3 – Retrato do Rio de Janeiro metropolitano”, apresentaremos uma análise teórica e empírica sobre a dinâmica de produção do espaço urbano na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, dando ênfase à sua relação com a dinâmica neoliberal de gestão dos serviços urbanos e a militarização das cidades. Por fim, no “Capítulo 4 – A salvaguarda dos direitos pelos sujeitos

coletivos”, apresentaremos as percepções dos sujeitos desta pesquisa sobre suas próprias práticas políticas e concepções de mundo, as quais estão tensionadas pela racionalidade neoliberal, mas, ao mesmo tempo, desenvolvem ações coletivas para enfrentar esse cenário.

Esperamos que este livro contribua para aprofundar os estudos teóricos sobre os comuns e sobre os movimentos sociais. Ao problematizar questões relativas às práticas políticas dos sujeitos coletivos no marco da racionalidade neoliberal, a expectativa é que a leitura amplie a compreensão sobre as transformações do tecido associativo na contemporaneidade e ilumine os desafios postos à sociedade civil para a manutenção da democracia no país.

Paradigma dos comuns

A queda do Muro de Berlim (1989) e o fim da Guerra Fria (1991) representaram o encerramento de um ciclo de experiências socialistas. Desde então, vivemos num mundo cujo horizonte político parece estar reduzido a um único destino, o capitalismo neoliberal.

A desigualdade social sempre crescente, o aumento da violência constitutiva dos processos de expropriação, a expansão da lógica proprietária e mercantil sobre todas as riquezas socialmente produzidas e o aumento do endividamento de países e cidadãos evidenciam a falácia das promessas de integração desse sistema. É nesse contexto de total captura das utopias sociais que o paradigma dos comuns foi sendo recuperado, tanto no sul como no norte global.

Embora possa parecer um campo de estudos contemporâneo, as origens do debate sobre comuns são tão remotas quanto o Antigo Testamento da Bíblia, escrito entre 1500 a.C. e 450 a.C., quando a ideia de bem comum já aparecia. Trata-se também de um tema central para compreensão das transformações das relações sociais que levaram aos cercamentos na Inglaterra do século XIV ao XVIII. No século XXI, a recuperação do paradigma dos comuns está relacionada a uma série de lutas altermundalistas que, desde a década de 1990, já denunciavam a nefasta violação de direitos decorrentes da implementação das políticas neoliberais.

Considerando esse longo percurso histórico e as várias categorias teóricas contemporâneas existentes, este capítulo tem por objetivo apresentar algumas abordagens feitas desde o norte e o sul global sobre o tema, buscando historicizá-las e diferenciá-las, assim como analisar três perspectivas distintas que tratam dos comuns, a saber: a filosofia cristã, a teoria feminista latino-americana e a sociologia francesa. Por meio dessa reflexão, buscamos elementos teóricos para compreender de que forma a ação política dos sujeitos coletivos é instituída e, ao mesmo tempo, institui práticas políticas alternativas à racionalidade neoliberal.